

**A Cidade Conflagrada: Republicanismo e Projetos de Poder na Sabinada
(1837-1838)**

Douglas Guimarães Leite

No dia 12 de agosto de 1837, o Presidente da Bahia, Francisco de Souza Paraíso, escreveu ofício ao governo da Corte, na pessoa de seu Ministro da Justiça Francisco Montezuma, a fim de lhe atualizar do ocorrido naquela Província:

Por dever do cargo que ocupo de Presidente desta Província, vou comunicar a V. Exa. para que não ignore o Governo Geral qualquer circunstância nela ocorrida, que nesta capital tem, há dias, aparecido boatos desorganizadores os quais, posto que diferentes, contudo parecem estar de acordo quanto à separação da Província, mas não tendo ainda dados para avaliar como filhos de uma mesma combinação entre pessoas que possam influir nos destinos da mesma Província, inclino-me a crer que não passam por ora de desejos dos amigos das novidades que se nutrem com espalhar tais idéias, para o que talvez lhes tenha fornecido matéria a linguagem da folha há pouco aparecida na mesma capital com o título de "*Novo Diário da Bahia*" (...)¹

Não era sem porquê a comunicação. Um rápido olhar dirigido aos levantes e sublevações havidos na Bahia desde a abdicação de Pedro I e estava justificada a sua vigilância. E se ele fora atento para perceber, dentre tantos, o nascimento de um dos principais jornais de oposição ao regime, sua confiança na tropa – a quem via possuía “de sentimentos de ordem, assim como, em geral, os habitantes desta mesma província” – seria traída meses depois.²

De fato, esperar ver a ordem difundida entre uma população que atravessava prolongada crise de abastecimento e que suportava os efeitos do desaquecimento da economia açucareira debaixo da proteção de salários vis, quando não restava mesmo dispensada do trabalho ou simplesmente espantada pelo “espectro da fome”,³ contar com a ordem em tais condições talvez fosse mais ofício de fé.

Pois foi neste conflituoso contexto que se fundou a nova “folha”. Era julho daquele ano e seu editor viria a ser o principal ideólogo da revolta que, estourando dali a três meses, tomar-lhe-ia emprestado o nome. Sabino Vieira, após alguns anos de reclusão e de dedicação às carreiras de médico e publicista, voltaria ao debate na melhor forma de agitador revolucionário.⁴ Seus escritos fizeram coro com o periodismo intenso de outros “amigos das novidades”, atividade que se desenvolvera na condição de um dos mais eficientes instrumentos de circulação de idéias numa década que, marcada pela vasta pluralidade político-ideológica, parecia não obstante ter um só foco prático: a revolução. “Nessa situação, disse Luiz Viana Filho, a Bahia seria presa fácil do ideal revolucionário. De 31 a 37 não conhecera a Província um instante de tranqüilidade”.⁵

Era seguindo esse tom que o *Novo Diário da Bahia*, a folha de Sabino, clamava abertamente pela revolução. Respalhando sua crítica numa análise sócio-econômica cujos tons franceses acusavam a recolonização das províncias pelo governo central, ele convocava seus concidadãos a reformarem o pacto social: “Temos, pois, sido e continuaremos a ser felizes com o sistema atual sem que se lhe dê algumas modificações, tomadas imediatamente pelo poder soberano inalienável?”, indagava Sabino com o destemor editorial que pôde aproveitar da organização programática que, sobretudo após 1831, a consolidação dos *clubs* e de diversas sociedades políticas secretas conferiu às idéias de conspiração na Bahia.⁶

Esse meio político heterogêneo poder-se-ia dizer filho do imaginário da Independência e do seu desenrolar pontilhado pela queda de Pedro I e pelas expectativas frustradas, primeiro pela Regência e depois pela direção que ela daria ao Ato Adicional de 1834, acordo que fez sustar durante algum tempo os ânimos excitados pela opção revolucionária.

Entre 1823 e 1837, com as disputas abertas em nome da formação de um estatuto sócio-político para o Estado brasileiro, a Bahia produziu o seu repertório próprio de movimentos armados, combinando com as “francesias” as tensões e os motivos existentes ali desde “antes do jacobinismo”.⁷ F. W. O. Morton concluirá que o fracasso da Sabinada marcou então “o

triunfo final da classe proprietária de terras. Foi o fim da era de mudança e incerteza que, com raízes lançadas no passado, viu pela primeira vez a luz do dia em 1798”.⁸

A Sabinada tentara romper do modo mais radical até então conhecido na Bahia o acordo conservador em que consistira a “revolução da Independência”. Religava a ela a idéia de república, certamente não haitianista, mas suficientemente clara para fundar as bases da separação do Império. Sabino não cessava de repetir que “os negócios do Brasil vão assim em tão grande desmantelação pela falta de ingerência do povo nas cousas públicas”. E ele tinha remédio muito mais amargo para a elite do que o acordo da monarquia federativa, em vão tentada nos levantes e na própria política precedentes: “Senhora Corte central, cuide no seu centro que nós só podemos ser felizes cuidando cá na nossa periferia. Ganhe por lá se quiser gastar tanto que nós não estamos mais para sustentar semelhante madrasta”.⁹

Os acordos políticos que tanto a preparação da Sabinada quanto o seu desenvolvimento permitem inferir fornecem elementos importantes para a discussão do seu perfil. Seu avanço no tempo vai descortinando a emergência de projetos ligados a grupos específicos de rebelados, cujo diálogo com os demais evidencia as formas particulares de apropriação de temas como república, federação e monarquia, classe e escravidão.

A Sabinada: descortinando horizontes ideológicos.

Foram dois os principais documentos redigidos na Câmara de Salvador logo quando da tomada da cidade pelos revolucionários. O primeiro deles, a ata datada de 7 de novembro de 1837, afóra as extensas disposições militares, resume seu mais importante propósito num único artigo, o primeiro:

A Província da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro, e considerada Estado livre e independente pela maneira por que for confeccionado o pacto fundamental, que organizar a assembléia constituinte, que deverá desde já ser convocada, procedida a eleição de eleitores na capital, e ao

mesmo tempo proceder-se por toda a província a eleição de eleitores, que elegerão nova assembléia para desenvolver as bases apresentadas pela primeira.¹⁰

Era separatista a Sabinada. Perfeitamente separatista, para ser mais exato. Com isso pareceram concordar as 105 pessoas que assinaram a ata aclamada na sessão extraordinária desse dia. A seriedade da proposta, que não seria de duvidar haja vista o modo bastante consistente pelo qual já a vinha desenvolvendo o jornal de Sabino, pôs em fuga, contudo, alguns desses signatários. Ocorre que a vontade de rebelião parecia muito mais diversificada do que aquela que a mensagem radical de separação comportava.¹¹ E logo nos primeiros dias do movimento, doze daqueles que a haviam subscrito deixam a cidade escoltados pela polícia. Pela sua ocupação, Hendrik Kraay os arrola como membros da elite.¹²

E não tardou até que, dois dias depois de assinada a ata fundadora, o governo fosse alcançado por petição encaminhada por alguns dos cidadãos presentes à sessão anterior. Diziam representar os demais. E temiam abalos à tranqüilidade pública,

por isso que se há conhecido que o lapso de pena da ata que teve lugar em o memorável dia 7 do corrente ante a Câmara Municipal, quanto a não se ter expressamente declarado que a separação d'este Estado será até a maioria de dezoito anos de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro 2.^o como diz o Art. 121 da Constituição para o Império do Brazil, há introduzido receios, e desconfianças n'esta Capital (...)¹³

A nova ata, proclamada quatro dias depois da primeira, com esse novo teor, é estimada por muitos como contra-revolucionária.¹⁴ Os motivos políticos mais fundos desse conflito, porém, foram ainda pouco explorados. Tratando a natureza e a consistência dos seus acordos na história de sua formação, seríamos levados a falar mais nos discursos políticos da Sabinada e menos no “movimento em si”, o que evitaria que assim se a tomasse simplesmente como um “movimento contraditório nas intenções”.¹⁵

Tendo contado a Sabinada com um apoio progressivamente crescente da massa de trabalhadores iletrados, natural que o seu primeiro retrato fosse esmaecendo na medida em

que a fuga dos ilustres fosse compensada com o recrutamento dos nem tanto. Ela foi assumindo, a cada instante, com o apertar do cerco, o caráter de “conflito de ricos contra pobres e de brancos contra pretos”.¹⁶ Esses últimos seriam contados nas listas de presos ou no rol dos mortos nas viagens de deportação.¹⁷

Sabino via nesse quadro um nítido viés de classe. Contra os emigrados da Província, que jamais “tinham anuído nem expressa nem tacitamente a revolução alguma feita no Brasil”, levantavam-se os “irmãos da Capital”. O que Sabino parecia não entender era: “Como é que se sacrificam sem fruto tantas vítimas, que fazendo a guerra a seus irmãos da Capital, não podem certamente nutrir o menor vislumbre de esperanças para o melhoramento da posição miserável em que se acham colocados?”. E isso ele só podia atribuir ao poder dos “malvados”, dos “zangões da sociedade”, à aristocracia senhorial cujo poder cooptador confundia e desmobilizava, sobretudo por meio de recursos clientelísticos, a classe daqueles que, segundo ele, tinham todas as razões para investir no movimento revolucionário.¹⁸

A classe de que fala Sabino nesse trecho tinha mesmo, para ele, um sentido generalizante. Esse sentido se apreende por sua leitura da configuração social baiana, na qual era possível opor “a classe dos opressores” (altos funcionários, negociantes e proprietários) a toda a massa de homens livres, libertos e cativos espremidos pelo modo vigente de reprodução social. Mas a “classe dos oprimidos” não era uma só.

A interpretação social generalizante de Sabino é, por isso, uma eficiente porta de entrada na complexidade de suas elaborações sobre um projeto republicano para uma sociedade escravista; sobre o sentido e o alcance da igualdade numa sociedade em que os oprimidos tinham muitas razões para divergir. Sabino fala de sua própria convicção, estudioso que era dos textos fundamentais de política da sua época, o que o torna certamente ímpar entre os baianos de seu tempo. Mas a Bahia não era a França. E a escravidão não era uma metáfora.¹⁹

Com ela, a França, Sabino parece ter aprendido os fundamentos de um republicanismo revolucionário. Na sua esteira, o motivo do progresso para justificar a inevitabilidade do governo das liberdades públicas; a defesa do “verdadeiro direito das gentes” no combate em favor de que um “povo escravizado” retomasse as rédeas do seu próprio poder soberano; a ênfase decidida no papel da instrução pública para formar entre os cidadãos uma natureza política compatível com a introdução do “elemento democrático puro” no governo da Província; enfim, a centralidade da razão para garantir o acerto dos projetos fundados na interpretação mais genuína do gênero humano.²⁰ No seu repertório de idéias, as notas francesas eram claras. Claras demais para a cidade da Bahia.

O mapa socioeconômico dessa cidade indicava a potência de sua conflituosidade. E mais. Apontava para o modo como ela se desenvolvia diferentemente entre as populações marcadas de modo distinto pela reprodução social escravista. Os tipos de ocupação urbana eram índices valiosos dessa divisão, que se expressava na correspondência entre as formas de fixação e de circulação na cidade, por um lado, e a natureza dos projetos de luta política, por outro.

As periferias de população marcadamente parda e negra, escrava ou liberta, invariavelmente pobre, tornaram-se conhecidos locais de conflito da cidade. Em Brotas ou em Itapagipe, por exemplo, tramaram-se revoltas de pretos, lá se estabeleceram candomblés e quilombos, para lá também, nesse tempo, se empurraram as sobras humanas da cidade, encontráveis dentre aqueles cuja circulação era objeto de constante regulação e controle.²¹

Nada mais natural, portanto, que o decreto de janeiro de 38, convocando os escravos à batalha, agravasse o problema dos projetos. O cerco à cidade, a falta de braços para a luta e a iminência da derrota faziam nascer o “Batalhão de Alforriados”. Para eles, porém, Sabino não tinha nenhum projeto propriamente político. Contra os federalistas, reformistas que tinham na revolta não “uma república, uma independência absoluta do Rio de Janeiro e da comunhão brasileira”,²² ele opunha sua convicção separatista republicana, plena de reservas aos males da

integridade, perfeitamente consciente do seu anti-monarquismo, ainda que compondo, estrategicamente, com o lapso da menoridade nos seus próprios textos. Reconhecia a moderação da política brasileira, entendia a necessidade de considerá-la, mas acreditava não poder evitar a revolução para radicalizar a igualdade que de outro modo não viria.

O projeto dessa igualdade não reconhecia, porém, a condição política da escravidão. Não estendia a ela o seu diálogo político. Nesse sentido excluía-os da razão.²³ Alheios à possibilidade de forjar um projeto mais consistente de vida nessas circunstâncias, fugir era o que se afigurava ao alcance de sua “utopia política”. E muitos se aproveitaram do ensejo. A essa altura não importava, naturalmente, a denominação política da revolta: monarquista ou republicana, separatista ou federalista, a Sabinada não produziu evidências de que uma utopia revolucionária estivesse à disposição dos escravos, mendigos e desocupados admitidos em suas fileiras de combate.²⁴ Essa não era a sua cidade. Revolta do centro, essa não era a sua revolta.

NOTAS

¹ Ofício de Francisco de Souza Paraíso a Francisco Gê Acayaba de Montezuma, 12.08.1837. Publicações do Arquivo do Estado da Bahia (PAEBA), *A Revolução de 7 de Novembro de 1837 (Sabinada)*, vol IV, 1945, pp. 395-396

² Ofício de Francisco de Souza Paraíso a Francisco Gê Acayaba de Montezuma, 12.08.1837, PAEBA, pp.395-396.

³ Kátia Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.234.

⁴ Luiz Viana Filho, *A Sabinada (A República bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, pp. 87-90.

⁵ Viana Filho, *A Sabinada*, p. 08.

⁶ *Novo Diário da Bahia*, 11.08.1837. PAEBA, IV, pp. 400-403. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p.58.

⁷ Viana Filho, *A Sabinada*, p.17.

⁸ F. W. O. Morton, *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. Tese de Doutorado, University of Oxford, 1974, p.373.

⁹ *Novo Diário da Bahia*, 09.08.1837. PAEBA, IV, pp. 399-400.

¹⁰ “Ata da Sessão Extraordinária de 7 de Novembro de 1837”, *apud*, Francisco Vicente Vianna, *A Sabinada*, PAEBA, I, pp. 114-117.

¹¹ Paulo César Souza supõe uma “tendência separatista mais generalizada” que, inclusive, “explicaria em parte a relutância inicial de certas autoridades em reprimir o movimento (...)”. Paulo César Souza, *A Sabinada*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p.172.

¹² Dentre eles havia advogados, médico, professor, tenente da polícia, comerciante e proprietário. Hendrik Kraay, “*As Terrifying as Unexpected: The Bahian Sabinada, 1837-1838*”. In: *Hispanic American Historical Review*, 72:4. Durham: Duke University Press, 1992, p.516.

¹³ “Petição encaminhada ao Presidente da Província. 09.11.1837”, *apud* Francisco Vicente Vianna, *A Sabinada*, PAEBA, I, pp.117-118.

¹⁴ Braz do Amaral, *A Sabinada*, PAEBA, II, pp. 23-24. Morton, *The Conservative Revolution*, p.351. Viana Filho, *A Sabinada*, pp.107-122. Souza, *A Sabinada*, p. 166.

¹⁵ Souza, para quem a “nunca negada submissão a D. Pedro” encerrava fatal contradição. Souza, *A Sabinada*, p.166.

¹⁶ Morton, *The Conservative Revolution*, p.362.

¹⁷ Kraay, “*As Terrifying as Unexpected*”, pp.516-517.

¹⁸ *Novo Diário da Bahia*, 07.12.1837. Os exemplares do Novo Diário da Bahia e dos demais jornais baianos da época estão disponíveis em microfilme na Biblioteca Nacional e no Setor de Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.

¹⁹ Há bons indícios de que Sabino era interlocutor de seus contemporâneos. No seu vocabulário, e esse é só um exemplo, a expressão escravidão surge em geral como metáfora para indicar a situação de um povo submetido a regimes despóticos, uso regular na tradição dos republicanistas modernos. É patente a influência de Rousseau em passagens diversas de seus textos. No seu inventário, essa e outras obras seriam encontradas. Esse documento está ainda por estudar. Cf. Souza, *A Sabinada*, p.185.

²⁰ *Novo Diário da Bahia*, edições de 30.11, 04 e 22.12 de 1837.

²¹ João José Reis, *A Morte é uma Festa*. 3ª reimpressão: São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp.31-32.

²² Trecho d’*O Sete de Novembro*, jornal rebelde, edição de 23.11.1837.

²³ “A Bahia só não explodiu em revolução porque praticamente ninguém entre os livres – com exceção, talvez, dos africanos libertos – queria igualar-se no plano social com os escravos. Contra estes, os baianos livres reuniram suas forças, independentemente de classe ou de cor”. Reis, *Rebelião Escrava*, pp.65-66.

²⁴ “Não são políticos nem tão pouco ideológicos os motivos que arrastam as camadas populares na aliança precária com as camadas dominadoras da sociedade. A batalha que estas empreendem é uma luta pela sobrevivência, por uma porção de farinha, por um emprego, numa época de crise econômica que resulta da desorganização da produção que eleva os preços dos produtos de subsistência e mantém os salários em níveis baixos”. Kátia Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.234. Por outro lado, sobre revoltas negras e seus projetos de poder, “revoltas periféricas”, Reis, *Rebelião Escrava*, especialmente pp. 68-121.